



Câmara Municipal de Rio das Ostras Estado do Rio de Janeiro



REQUERIMENTO Nº. 001/2026

O vereador que o presente subscreve, após cumprir as exigências regimentais vigentes e ouvido o soberano plenário, **REQUER** ao Secretário Ricardo Matos Torres que informe, de forma clara e detalhada, e encaminhe documentos referentes ao Processo Administrativo nº 18970/2025, que trata da empresa ECOMIX, esclarecendo inclusive desde quando a referida empresa iniciou suas atividades no Município.

Ressalta-se que já foi encaminhado Ofício a esta Secretaria em 14 de janeiro de 2026, solicitando informações acerca do referido processo, não tendo havido resposta até a presente data.

Diante disso, reitero a solicitação e requeiro o encaminhamento dos seguintes documentos e informações:

1. As medições ambientais realizadas, com indicação de:
 - datas;
 - locais;
 - parâmetros avaliados;
 - responsáveis técnicos;
 - metodologia utilizada e respectivos laudos técnicos completos.
2. Relatório fotográfico correspondente às medições, vistorias ou fiscalizações realizadas no âmbito do referido processo;
3. Relação nominal completa de todos os servidores e/ou funcionários que atuaram direta ou indiretamente no acompanhamento, análise, fiscalização ou gestão do referido processo, informando:
 - nome completo;
 - matrícula;
 - cargo;
 - função exercida no processo;
 - respectiva lotação.
4. Nome completo e número de matrícula dos fiscais do contrato, bem como a identificação formal dos responsáveis pela fiscalização administrativa e técnica, com cópia do ato de designação, se houver;
5. Informação precisa acerca da data de início das atividades da empresa no Município,



Câmara Municipal de Rio das Ostras Estado do Rio de Janeiro



bem como cópia integral das licenças ambientais, autorizações, alvarás e eventuais termos de ajustamento ou condicionantes vigentes;

6. Quantidade total de equipamentos utilizados pela empresa no âmbito do contrato, contendo:
 - descrição detalhada;
 - especificações técnicas;
 - capacidade operacional;
 - número de patrimônio (se houver);
 - situação atual (ativo/inativo);
7. Relação dos veículos vinculados ao contrato, contendo:
 - cópia dos contratos ou instrumentos que autorizam sua utilização;
 - placa;
 - modelo;
 - ano de fabricação;
 - situação documental;
 - vínculo (próprio, locado ou terceirizado).

Solicito, ainda, que as informações sejam encaminhadas em meio físico ou digital, conforme disponibilidade da Secretaria, no prazo legal, para fins de análise, fiscalização e acompanhamento das ações administrativas relacionadas ao referido processo.

Ressalto que a presente solicitação possui caráter institucional, fundamenta-se na função fiscalizatória do Poder Legislativo e visa assegurar a transparência dos atos administrativos, o controle externo e a proteção do interesse público.

Sem mais para o momento, renovo votos de elevada estima e consideração.

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2026.

Leonardo de Paula Tavares

Vereador-Autor



Câmara Municipal de Rio das Ostras Estado do Rio de Janeiro



JUSTIFICATIVA

O presente requerimento tem por objetivo apurar denúncias recebidas por este vereador sobre eventuais falhas no atendimento educacional a alunos surdos do município. É dever do Poder Público assegurar condições de acessibilidade e aprendizagem, garantindo o direito constitucional à educação inclusiva.

As informações solicitadas são imprescindíveis para subsidiar o trabalho da Comissão de Direitos da Pessoa com Deficiência, possibilitar diagnósticos precisos da realidade municipal e elaborar políticas públicas eficazes.

Nesse sentido, dispõe o art. 130, §3º, II do Regimento Interno:

“ART.130 - Requerimento é o pedido feito por Vereador ou Comissão Permanente, sobre matéria de competência da Câmara, sendo redigidas em termos claros, objetivos e respeitosos e deliberado pelo Plenário e nos casos previstos neste Regimento, poderão ser verbais e decididos pelo Presidente da Mesa. (...) §3º - Serão escritos ou verbais, discutidos e votados pelo Plenário, os requerimentos que se refiram a: II - pedidos de informação ao Prefeito, a Secretários ou a dirigentes de órgãos públicos municipais, a servidores municipais e a entidades particulares; Pelo exposto, requer a aprovação dos nobres edis.”

Sala das Sessões, 24 de fevereiro de 2026.

Leonardo de Paula Tavares

Vereador-Autor